

Reação do mercado Benefícios em ano eleitoral

Alta de gastos do governo com PEC leva dólar a R\$ 5,32

A preocupação dos investidores com o aumento de gastos do governo a três meses das eleições deu o tom ontem no mercado de câmbio. Depois de chegar a R\$ 5,33 (elevação de 1,98%), o dólar fechou o dia em alta de 1,65%, cotado a R\$ 5,32 – maior valor desde 4 de fevereiro. Já o Ibovespa, principal indicador da B3, registrou alta de 0,42%, num movimento de correção de preços após as perdas em junho.

A atenção do mercado se volta para a PEC aprovada no Senado que amplia benefícios e cria novas despesas, como bolsa-caminhoneiro. Até agora, o pacote já soma R\$ 41,2 bilhões – valor fora do teto de gastos –, e o receio é de que a Câmara inclua outras medidas. A Casa deve votar o texto na próxima semana. “A três meses das eleições, os investidores reforçam demanda defensiva por dólar para pro-

teção de capital diante das medidas de aumento de gastos e com vários escândalos do governo Bolsonaro pipocando. Esse ambiente deve reforçar a volatilidade do câmbio”, afirmou Jefferson Laatus, estrategista-chefe do grupo Laatus. Já o analista de câmbio da corretora Ourominas Elson Gusmão disse que o aumento das despesas fora do teto terá como consequência o repique da inflação, o que vai

obrigar o Banco Central a manter a Selic alta por mais tempo.

“As questões políticas no Brasil não ajudam, com preocupação principal com o fiscal. A ganância continua. Depois, em 2023, quem pagará a conta?”, questiona Luiz Roberto Monteiro, operador da mesa institucional da Renascença.

Além das preocupações com as contas públicas no País, o mercado também reagiu à divulga-

ção de novos indicadores sobre a inflação no exterior. Na Zona do Euro, a inflação em 12 meses atingiu o recorde de 8,6% até junho.

Com isso, cresce a percepção de maior alta dos juros. O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, já reconheceu que o processo de aperto monetário envolverá “alguma dor” do ponto de vista econômico. ●

MARIA REGINA SILVA e SILVANA ROCHA

LEILÕES DIÁRIOS DE

VEÍCULOS

CARROS, MOTOS, CAMINHÕES E UTILITÁRIOS

DE 04 A 08/07, ÀS 9h30, ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS

Modelo	Ano	IPVA 2022
TOYOTA HILUX COLOWM4FD	18/19	PAGO
HYUNDAI HB20S 107A FE.DIA	2019	PAGO
FIAT TORO ENDURANCE AT6	19/20	PAGO
FORD KÁ SE 1.0 HA C	19/20	PAGO
VOLKSWAGEN GOL 1.6L MBS	19/19	PAGO
Renault Sandero EXPR	18/19	PAGO

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO AO LADO E ACESSO ESTE LEILÃO.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

FACEBOOK.COM/SODRESANTORO | INSTAGRAM.COM/SODRESANTORO | YOUTUBE.COM/USER/LEILAO.SODRESANTORO | (11) 2864-6864 - Consulte edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Informações: 11 2864-6864. Luiz Fernando de Abreu, Sócio Sodrê Santoro, Leiloeiro Oficial, AUCESP nº 192 - Luiz Alexandre Mielletti, preposto em exercício.

Câmara estuda estratégias para acelerar a aprovação da proposta

IANDER PORCELLA
BRASÍLIA

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Arthur Maia (União Brasil-BA), detalhou ao *Estadão/Broadcast* as estratégias para acelerar a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia benefícios

sociais às vésperas da eleição. Segundo ele, o texto pode ir diretamente a plenário após passar na CCJ, se houver acordo com líderes partidários. Para isso, o presidente da Casa, Arthur Lira (Progressistas-AL), terá de fazer uma articulação que envolva os oponentistas. Maia acredita que a proposta possa passar pela CCJ na próxima terça-feira, se a oposi-

ção não pedir para adiar a votação. Nesse caso, Lira precisaria fazer um acordo para unir o chamado “pacote do desespero” com a PEC dos biocombustíveis, que deve ser votada em comissão especial na quarta. Com isso, o texto poderia ir ao plenário na semana que vem. Esse é o cronograma mais rápido para a tramitação. Se não houver acordo para

votar a PEC na CCJ na terça, afirmou Maia, a proposta só poderia ser analisada na comissão na sexta. “A gente vai fazer um trabalho na Câmara para adiantar a aprovação da admissibilidade, tentando que não haja pedido de vistas, e o presidente Lira vai ter de fazer um trabalho de costura com os outros líderes para conseguir que haja um acordo para que ela seja apensada à PEC 15 (dos biocombustíveis)”, explicou. Conforme o Regimento Interno da Câmara, uma PEC precisa ser analisada por comissão especial em no mínimo 10 sessões. Maia lembrou que a PEC

dos Precatórios, aprovada pelo Congresso no final do ano passado e que abriu espaço fiscal superior a R\$ 100 bilhões no Orçamento deste ano, teve tramitação acelerada e foi diretamente a plenário após Lira unir a proposta com outra que já havia passado em comissão especial. O presidente da CCJ ponderou que, na ocasião, foi feito um acordo com os líderes partidários.

A PEC que amplia o Auxílio Brasil e eleva o valor de R\$ 400 para R\$ 600 e concede bolsa-caminhoneiro de R\$ 1 mil por mês, entre outras medidas, teve apenas um voto contra no Senado (*leia mais na pág. B4*). ●